

RDM **Agri**NO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

BRASIL S/A

RDM III 28 anos
REDE DE MÍDIAS



MATOPIBA

A promissora fronteira agrícola

Novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, produção agropecuária com sustentabilidade e inclusão socioproductiva



ENTREVISTA | Nilson Leitão
'O Brasil tem que ser parceiro de todo mundo'



BIOINSUMOS Brasil já tem seu marco regulatório



NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?

Conte com a New Line

Biocombustíveis, bioinsumos e Matopiba

O avanço na produção nacional de biocombustíveis, a aprovação do marco regulatório dos bioinsumos e os avanços tecnológicos para a produção agropecuária com sustentabilidade e inclusão socioprodutiva na chamada região do Matopiba são alguns dos principais temas desta edição da Agro Brasil.

O Matopiba é uma região de cerrados formada por áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada a mais nova e promissora fronteira agrícola do País. Não é à toa que ali a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está investindo em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico a partir da integração sinérgica de 11 unidades. Esta é a matéria de capa desta edição.

As outras importantes matérias são sobre a produção de biocombustíveis no Brasil (que inclui, sobretudo, o biodiesel e o etanol), o que vai gerar até 2034, ou seja, em uma década, nada menos que R\$ 1 trilhão de investimentos. Sobre os bioinsumos, a aprovação pelo Congresso Nacional do marco regulatório permitirá a ampliação nacional desses produtos com qualidade.

Boa leitura.

Vanessa Moreno
Editora-geral



ANO XXVIII | EDIÇÃO 41
DEZEMBRO / 2024

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Maurício

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
ANDRÉ NAVES, EDSON PLONCOSKI, FLÁVIA BESSA, FLÁVIA PEIXOTO, GABRIEL CHIAPPINI, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, JOSÉ FERNANDO TRUZZI, WELLTON MÁXIMO, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA EMBRAPA, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, ASSESSORIA DO MAPA, JORNAL DA USP.

FOTOS
TOMAZ SILVA, ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, JORNAL DA USP, SECOM-MT, ASSESSORIAS

RDM AGRO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

RDM AGRO BRASIL É PUBLICAÇÃO



ÍNDICE | Dezembro 2024



ENTREVISTA Nilson Leitão

'O Brasil tem que ser parceiro de todo mundo'

- 04 | OPINIÃO | André Naves
- 06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques
- 08 | ENTREVISTA | Nilson Leitão
- 14 | ALGODÃO BRASILEIRO
- 20 | DESENVOLVIMENTO DO MATOPIBA
- 24 | ACORDO MERCOSUL-UE
- 26 | AVANÇO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
- 28 | MARCO REGULATÓRIO DOS BIOINSUMOS
- 30 | OPINIÃO | José Fernando Truzzi e Edson Ploncoski



A sustentabilidade da pecuária brasileira e o protecionismo francês

A pecuária na Amazônia, frequentemente acusada de ser uma vilã ambiental, é, na realidade, um exemplo de como os avanços tecnológicos, aliados à aplicação rigorosa da legislação ambiental, podem tornar uma atividade produtiva plenamente sustentável. Alegações de que a pecuária seja a principal responsável pelo desmatamento, emissão de gases de efeito estufa e outras problemáticas ambientais frequentemente desconsideram os dados e os avanços recentes no setor, sendo, muitas vezes, uma estratégia protecionista de mercados internacionais, como o francês, para desviar a atenção de seus próprios desafios.

A visão de que a pecuária seja intrinsecamente prejudicial ao meio ambiente ignora os impactos das transformações ocorridas nos últimos anos. No Brasil, políticas como o novo Código Florestal têm exigido a preservação de pelo menos 80% da vegetação nativa na Amazônia Legal. Essa norma, combinada com maior fiscalização governamental e participação social, resultou na redução das taxas de desmatamento e no aumento sustentável do rebanho.

Adicionalmente, a regularização fundiária promovida pelo programa Terra Legal tem reduzido a insegurança jurídica entre os produtores, assegurando a conformidade ambiental e permitindo práticas sustentáveis. O maior controle ambiental, aliado ao uso de biotecnologias, como a inseminação artificial em tempo fixo (IATF); e sistemas integrados, como o de lavoura-pecuária-floresta (ILPF), permitem aumentar a produtividade sem a necessidade de expansão sobre áreas nativas. Gramíneas específicas cultivadas em pastos degradados, por exemplo, sequestram carbono e reduzem significativamente a pegada de carbono da produção pecuária, possibilitando uma maturação bovina mais rápida e eficiente.

Embora práticas criminosas como a grilagem de terras ainda existam, é fundamental separar esses atos ilegais da atividade pecuária legítima e sustentável.

“A visão de que a pecuária seja intrinsecamente prejudicial ao meio ambiente ignora os impactos das transformações ocorridas nos últimos anos. No Brasil, políticas como o novo Código Florestal têm exigido a preservação de pelo menos 80% da vegetação nativa na Amazônia Legal”

Áreas invadidas e desmatadas ilegalmente para a introdução de gado representam a exceção, não a regra, e devem ser combatidas com rigor pelas forças policiais e pela Justiça. Criminalizar toda a pecuária amazônica por causa dessas práticas é desonesto e prejudica os produtores que cumprem as normas ambientais e investem em inovação.

O protecionismo agropecuário francês, sob a justificativa de critérios de sustentabilidade, evidencia um jogo político que visa proteger os interesses de seus produtores domésticos, muitas vezes menos competitivos no mercado global. Por outro lado, penalizar produtores brasileiros desestimula a adoção de boas práticas ambientais, pois gera a percepção de que esforços por sustentabilidade não são reconhecidos. Essa situação contradiz os próprios objetivos de conservação ambiental globais, já que a

pecuária brasileira, em muitos casos, apresenta pegadas de carbono negativas, consolidando-se como uma alternativa mais sustentável do que práticas observadas em outros países.

A pecuária brasileira é, atualmente, uma atividade sustentável, capaz de aliar alta produtividade à preservação ambiental, especialmente na Amazônia. Além de contribuir para a segurança alimentar global, a produção brasileira sustenta milhares de empregos, promove desenvolvimento regional e fortalece o equilíbrio democrático, em um contexto global cada vez mais polarizado.

É imperativo reconhecer que a carne brasileira não apenas alimenta o mundo, mas também é um símbolo de como o desenvolvimento e a sustentabilidade podem coexistir. Adotar medidas protecionistas sob pretextos infundados apenas ameaça esse equilíbrio, e tudo isso deve ser combatido com diplomacia, evidências científicas e transparência. A sustentabilidade não deve ser usada como desculpa para barreiras comerciais, mas como um elo para unir nações em prol de um futuro mais equilibrado e justo. ■

***André Naves** é defensor público federal especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social e cientista político

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

Investimentos no etanol e no biodiesel

O etanol concentrará cerca de 60% dos investimentos previstos no período, totalizando R\$ 62,1 bilhões, recursos direcionados principalmente para a construção de novas usinas, modernização de unidades existentes e expansão de canaviais. Para o etanol de cana de primeira geração, a previsão é de R\$ 5,4 bilhões em investimentos. O etanol de milho e o etanol de cana de segunda geração receberão os maiores investimentos: R\$ 17 bilhões e R\$ 14,4 bilhões, respectivamente. A EPE projeta que o Brasil produzirá 48,5 bilhões de litros de etanol até 2034. O segmento de biodiesel, impulsionado pelos mandatos de mistura obrigatória progressiva (15% em 2025, aumentando para 20% em 2030), deverá receber R\$ 14,5 bilhões em investimentos e R\$ 77,5 bilhões em custos operacionais. A produção de biodiesel em 2034 é estimada em 83,5 bilhões de litros. Além disso, a possibilidade de o biodiesel ser utilizado no setor aquaviário pode elevar a demanda em 1,1 bilhão de litros, com uma demanda adicional de 16,7 bilhões de litros até 2034.

Divulgação

Brasil estima movimentar R\$ 1 trilhão em biocombustíveis até 2034

O mercado de biocombustíveis no Brasil deve movimentar cerca de R\$ 1 trilhão entre 2025 e 2034, conforme estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Esse montante considera R\$ 99,8 bilhões em investimentos e R\$ 924,4 bilhões em custos operacionais. Caso os investimentos relacionados à produção de açúcar sejam incluídos, os valores sobem para R\$ 121 bilhões em investimentos e mais de R\$ 1,3 trilhão em custos operacionais. O estudo abrange diversas fontes de biocombustíveis, incluindo etanol, biodiesel, biometano, combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), além de inovações como o diesel verde e o Bio-CCS (captura e armazenamento de carbono biogênico). Como a análise foi realizada antes da sanção da Lei do Combustível do Futuro



Divulgação

(14.993/2024) em outubro, a EPE prevê que os investimentos poderão ser ainda mais elevados do que os valores inicialmente estimados.



Exportações da piscicultura nacional cresceram 174% no terceiro trimestre

As exportações da piscicultura brasileira tiveram um aumento de 174% no terceiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2023, de acordo com os dados mais recentes da 19ª edição do boletim Comércio Exterior da Piscicultura. Foram US\$ 18,5 milhões e 4 mil toneladas exportadas entre julho e setembro para diferentes países. Considerando as vendas em peso, o aumento foi de 158%, passando de 1.563 toneladas no terceiro trimestre de 2023 para 4.031 toneladas no terceiro trimestre de 2024, o maior aumento trimestral já verificado desde o início do boletim, em 2020. A tilápia permanece como, além do peixe mais produzido, o mais exportado pelo Brasil. Entre julho e setembro, foram mais de US\$ 18 milhões envolvidos, crescimento de 173% em relação ao tercei-



Divulgação

ro trimestre do ano passado, o que representa 98% das exportações. A segunda espécie mais exportada, o curimatá, envolveu US\$ 146 mil. E o tambaqui, espécie nativa brasileira mais produzida, ficou em terceiro lugar nas exportações no período analisado pelo boletim, movimentando US\$ 108 mil.

Brasil ocupa o 30º lugar em novo ranking de biodiversidade

O país mais biodiverso do mundo não está entre os dez mais bem colocados no Natural Conservancy Index (NCI). Na realidade, entre os 180 países avaliados, o Brasil ocupa a 30ª posição, com uma pontuação de 62.1. E, assim como outros 164 países, o Brasil não submeteu sua nova Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). O NCI teve sua primeira edição lançada este ano para avaliar mundialmente os esforços na conservação da biodiversidade. O ranking é uma colaboração entre a instituição israelense Ben-Gurion University of the Negev e o site BioDB. Quem lidera a lista é Luxemburgo e os únicos países do Sul Global entre os dez primeiros são o Zimbábue e a Costa Rica. A metodologia usada envolve 25 indicadores divididos por quatro pilares: gestão territorial, ameaças à biodiversidade, capacidade e governança, e tendências para o futuro. Esses indicadores vão de 0 a 100 e são baseados em dados públicos e pesquisas científicas.



Divulgação

2025 projeta recordes de produção com desafios climáticos e financeiros

O agronegócio brasileiro entra 2025 com expectativas otimistas, mas também com desafios que demandarão planejamento cuidadoso. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta uma safra recorde de grãos, estimada em 322,2 milhões de toneladas, 8,3% superior à da temporada anterior. A soja e o milho, principais culturas, devem alcançar as maiores produções da história, com destaque para o aumento de produtividade do milho, que compensará a ligeira redução de área plantada.



Divulgação



“O Brasil tem que ser parceiro de todo mundo”

Ex-deputado federal do PSDB de Mato Grosso e presidente do Instituto Pensar Agro (IPA) avalia que, se a adesão do Brasil à Rota da Seda do governo chinês pode “fechar alguma porta”, o Brasil não deve aderir

Por **Humberto Azevedo**

O ex-deputado federal do PSDB de Mato Grosso e presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), Nilson Leitão, afirmou – com exclusividade para a reportagem do Grupo RDM – que “o Brasil tem que ser parceiro de todo mundo”. A declaração foi feita após ser questionado se o Brasil deve, ou não, aderir à Rota e Cinturão da Seda do governo chinês, que já tem a adesão de 140 países das 195 nações que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em entrevista ao jornal “O Globo”, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República – o ex-ministro das Relações Exteriores – Celso Amorim afirmou que o Brasil não deve aderir ao plano de rota comercial do governo chinês. No último dia 20 de novembro, em que o presidente da China, Xi Jinping, realizou um encontro bilateral com o governo brasileiro e que 37 novos acordos comerciais foram assinados, o Brasil aderiu parcialmente e não plenamente à Rota da Seda. Isso porque o governo brasileiro quer esperar as primeiras movimentações do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que volta à Casa Branca a partir de 20 de janeiro de 2025.

Nessa mesma linha adotada por Amorim, Nilson Leitão avalia que, se a adesão do Brasil à Rota da Seda do governo chinês “fechar alguma porta” com o governo norte-americano, o Brasil não deve aderir. Mas “se isso não tiver nenhum impacto, é óbvio que tem que aderir”. “O Brasil tem que ser parceiro de todo mundo. Então, se ele fechar alguma porta devido a esse tratado, não deve fazer. Agora, se isso não tiver nenhum impacto ou consequên-

cia, é óbvio que sempre tem que fazer”, respondeu o tucano mato-grossense.

Essa e outras declarações foram dadas numa conversa com a reportagem do Grupo RDM no dia 27 de novembro, na sede da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA). Na oportunidade, ele fez um balanço das suas duas gestões à frente do IPA, que estão chegando ao término no próximo mês de janeiro. Além de China, Estados Unidos, Trump e da avaliação do trabalho que realizou no órgão criado com apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leitão também abordou como o setor precisa debater um dos temas prementes do século 21, que são as mudanças climáticas e o novo normal e os desafios para que regiões até então abundantes de água não se transformem em áreas semidesérticas em que a falta de recursos hídricos deverá ser um dos maiores problemas da humanidade.

“O IPA tem um objetivo claro de trabalhar em conjunto com todos os setores, com todas as demandas do agro, não deixando nenhuma de fora, com o objetivo de modernizar a legislação brasileira, desacorrentar da burocracia, fazer a estrutura de Estado, tanto do Executivo, com o Legislativo e também do Judiciário, compreender que a agropecuária brasileira não tem uma concorrência local, ela é uma vocação de produção de alimentos para o mundo, então ela não pode ser tratada como outros setores, com a mesma carga tributária, com a mesma carga burocrática, com os mesmos problemas que as vezes alguns setores têm”, comentou.

Abaixo, a íntegra da entrevista concedida pelo ex-deputado federal e presidente do IPA, Nilson Leitão.

Grupo RDM: Deputado Nilson Leitão, sempre deputado, o senhor está presidindo já por dois mandatos, está concluindo agora o segundo mandato do Instituto Pensar Agro, que pensa na conciliação do meio ambiente com a agricultura. Qual é o balanço que o senhor faz desses seus dois mandatos?

Nilson Leitão: Olha, o Instituto nasceu alguns anos atrás com um objetivo único, de modernizar a legislação brasileira, de desacorrentar a legislação brasileira da burocracia, da estrutura de governo que não conhece o setor, ou que não conhecia o setor. E isso era tão verdadeiro que 99% dos parlamentares brasileiros que chegam em Brasília, ou chegavam em Brasília, não chegavam com a pauta do agro, chegavam com a pauta da educação, da saúde e da segurança, que é muito importante. Mas não tinha um conhecimento das demandas do setor da agropecuária e isso acabava ficando concentrado na mão de muito poucos. Tanto que era muito famoso quem mexia, como o [então] senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) [já falecido], o deputado Homero Pereira (PSD-MT), o Ronaldo Caiado [atual governador de Goiás] (União Brasil), o deputado [Abelardo] Lupion (PFL-PR), eram poucos.

Grupo RDM: O ex-deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), falecido em 2013, e que hoje dá o nome à sala onde funciona a secretaria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, por exemplo?

Nilson Leitão: O Micheletto. Então, eram poucos e que faziam diferença dentro do Congresso Nacional. Mas não conseguia ter uma pauta do Congresso Nacional permanente. O agro não pautava. Hoje, depois de todo esse período, com a estrutura do Instituto Pensar Agro, com a reorganização e organização das associações, entidades, federações, Confederação da Agricultura, OCB [Organização das Cooperativas Brasileiras], toda essa reorganização junta acabou fazendo um novo papel. Hoje nós somos, sim, pauta obrigatória diária no Congresso Nacional. Nós somos pauta na mídia nacional. Há 10, 12 anos, quase não saía uma matéria sobre o agro, a não ser o endividamento agrícola, uma tragédia, qualquer coisa assim, alguma coisa na pauta econômica, lá numa quinta, sexta

“O Instituto nasceu alguns anos atrás com um objetivo único de modernizar a legislação brasileira, de desacorrentar a legislação brasileira da burocracia, da estrutura de governo que não conhece o setor, ou que não conhecia o setor”

página do jornal. Hoje não. Hoje é uma disputa entre todas as emissoras, toda a estrutura de comunicação no Brasil para se falar do agro. Então, isso também foi um papel do IPA. Acho que o grande avanço e evolução são esses. Fora isso, a modernização. As legislações que a gente conseguiu avançar na área fundiária, na trabalhista, na ambiental, todos esses setores acabaram mudando, na área de infraestrutura, o Fiagro [Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais], que foi criado e tantas outras vitórias que o setor da agropecuária teve e que hoje, diferentemente de antigamente, quando a agropecuária não era pauta do próprio governo em campanha eleitoral, não era pauta de uma estrutura de Estado, hoje esse setor passou a ser o mais importante da economia, da política e nós temos com o IPA uma Frente Parlamentar da Agropecuária que faz parte dessa estrutura toda. A frente mais importante, maior e mais forte politicamente do Congresso Nacional.

Grupo RDM: O senhor foi presidente do IPA no primeiro mandato, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro e agora conclui o segundo mandato, durante a terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como o senhor avalia esse momento de transição durante o mandato do senhor do IPA lá no governo Bolsonaro e agora?

Nilson Leitão: Na verdade nós temos aí uma diferença gritante de comporta-



mento. Eu costumo falar que nenhum governo no Brasil consegue destruir o setor como o da agropecuária. O Estado brasileiro precisa, até porque o agropecuário não é um partido político, é um setor econômico importante e hoje o mais importante economicamente para o Brasil. Então, é claro que tem essa relação. O que há de diferença, sempre uma luta quando tem governo, o agro sempre lutando para poder evoluir. É que no governo anterior tinha um comportamento em proteger o direito, como é o caso do direito da terra, da propriedade, as questões ambientais, não vinha com a intenção de prejudicar. Na mudança de governo, o governo atende o setor nas questões econômicas, Plano Safra, tudo isso vem evoluindo, governo para governo, independentemente de que lado é. Mas no comportamento nos preocupa, porque alas do governo ou grupos dentro do governo ou fora do



Fotos: Humberto Azevedo

“99% dos parlamentares brasileiros que chegam em Brasília, ou chegam em Brasília, não chegam com a pauta do agro, chegam com a pauta da educação, da saúde e da segurança, que é muito importante. Mas não tinha um conhecimento das demandas do setor”

governo, mas fazem parte do partido do governo, acabam sendo os ativistas para a invasão de terra, das questões indígenas, das questões fundiárias, tirando o sossego do proprietário rural daquilo que é sagrado na nossa Constituição, que é o direito à propriedade, isso é a coisa mais sagrada. Então quando essas alas, que são ativistas, aventam aí a possibilidade de uma mudança de regra e prejudicar o direito à propriedade, isso preocupa o setor, porque isso é um patrimônio que não pode ser abalado, ele não pode ser de interferência do Estado e tem que estar garantido na Constituição, como é. É só essa a diferença, o restante é luta. É luta o tempo todo do setor para evoluir, modernizar, porque o agro brasileiro não é concorrente de outro setor no Brasil, ele é concorrente do agro de outros países. Quanto mais os outros países dão subsídios, dão incentivos, melhoram a sua relação para que seu produtor possa

produzir e exportar, o Brasil ainda está enfrentando temas do século passado. A lei trabalhista rural ainda é de 1973, o nosso licenciamento ambiental precisa ser modernizado, ainda estamos discutindo a questão fundiária. Então, todas essas questões atrapalham e, ainda, é uma corrente. E tem os juros altos, crédito difícil, falta de armazenamento, não é só céu de brigadeiro, o agro, por mais que se desenvolveu, por mais que cresceu, ainda precisa evoluir muito e o Estado brasileiro tem que fazer a parte dele.

Grupo RDM: Agora, com relação ao desenvolvimento do agro, a abertura de mercados, o Brasil é um país agroexportador, não só de 'commodities' agrícolas, mas também 'commodities' minerais. Nesta semana acabamos de ver essa questão francesa, que é por causa da adesão da França no acordo União

Europeia – América do Sul. Estão tendo algumas retaliações, até essa reunião sobre bravatas de retaliação à carne brasileira, à proteína animal brasileira. Como que o senhor vê essa questão da abertura de mercados? O Brasil tende a perder mercado no mercado europeu e expandir-se para a Ásia, para algum mercado alternativo?

Nilson Leitão: A França é uma grande compradora do Brasil nesses quesitos que eles criticam. O que o governo, o que o 'CEO' do Carrefour fez, aproveitando aí esse debate dessa assinatura do Mercosul com a União Europeia, ele foi infeliz na sua fala ao dizer o seguinte: "Olha, na França eu compro dos produtores franceses, no Brasil eu compro dos produtores brasileiros". Ele deveria encerrar por aí. Mas ele disse: "Olha, aqui na França, eu compro dos produtores franceses para abastecer nosso mercado. No Brasil, eu compro dos produtores brasileiros e não compro aqui para a França". Não precisava ter falado, porque lá eles não seguem a mesma regra sanitária e assim por diante que nós seguimos aqui, que não é verdade, é uma mentira. E ele, com isso, acabou contaminando a imagem, somando negativamente para a imagem do produtor e da produção brasileira, que é um exemplo para o mundo. Foi infeliz a fala dele, está se retratando aí, mas isso tudo, o Brasil tem que ter habilidade, porque ele é um vendedor de produto, tem que convencer a comprar, não é brigar. O que nós temos que fazer é ter a capacidade de convencer todos de comprarem o produto brasileiro. A nossa vocação é produzir e vender, então isso é que nós temos que fazer cada vez mais. E lutar para que aquilo que seja um bom relacionamento do mercado livre, do mercado aberto, entre o Mercosul e a Europa, tem que ocorrer. Lembrando que a agricultura nesse acordo é a parte menor, ela é a mais polêmica, a parte política é a mais polêmica, mas em termos de mercado é a menor, não é a maior. Nós temos minérios, temos outros temas, dá para ser discutido. Mas eu acho que é um tema que tem que continuar existindo e o Brasil não pode jamais deixar de lutar para continuar abrindo mercados.

Grupo RDM: Com relação à vitória e ao retorno do ex-presidente Donald Trump à Casa Branca, pois alguns especialistas apontam que a nova

“ O agro não pautava. Hoje, depois de todo esse período, com a estrutura do Instituto Pensar Agro, com a reorganização e organização das associações, entidades, federações, Confederação da Agricultura, OCB (...) somos, sim, pauta obrigatória diária no Congresso Nacional”

gestão Trump vai resultar em práticas cada vez mais protecionistas. Inclusive, o aço brasileiro, que não é do setor do agro, mas é uma 'commodity' também. Como que o senhor vê esse governo protecionista Trump e o seu reflexo no mundo e no Brasil?

Nilson Leitão: A diferença que existe é muito clara. O maior cliente do Brasil está na Ásia, para a agricultura. Os Estados Unidos, em termos gerais, é o segundo maior cliente do Brasil, mas não para a agricultura, para a de minério e outros setores. Por isso que equilibra essa balança comercial, mas precisamos ter todos. Então, eu repito aquilo que eu disse, o Brasil não tem que brigar com ninguém. O problema, quando se trata desse protecionismo, que realmente vai ser exagerado e é exagerado do governo Trump em relação a cuidar do seu país, exagerado do ponto de vista do tamanho. Não que ele está errado ou está certo, mas a questão é que ele vai ter essa proteção, principalmente com os países que não usam o dólar ou que são seus concorrentes diretos. Leia-se a China como o primeiro da fila. A briga entre Estados Unidos e China não é um problema do Brasil. O Brasil não tem que se meter nessa briga politicamente, nessa relação internacional. E vai nos beneficiar como? Ele criando essas dificuldades para a comercialização com a China, a China passa a comprar mais do Brasil. Já aconteceu no outro mandato do Trump. O Brasil tem benefício com essa briga entre eles. Não tem o benefício dos



Estados Unidos direto com o Brasil, até porque isso não é direto. Mas, de forma indireta, o Brasil é beneficiado com esse protecionismo e essa confusão que o Trump cria com a China na relação comercial, taxando os produtos da relação comercial entre China e Estados Unidos. O Brasil é beneficiado.

Grupo RDM: Sobre a China. O presidente chinês Xi Jinping veio participar do G20, teve uma visita bilateral no dia 20 de novembro. Foram assinados 37 acordos, sendo seis diretamente envolvendo o setor agropecuário e alguns outros indiretos de parceria. Mas muito se fala da adesão ou não do Brasil à rota comercial do cinturão da seda. Qual é a sua avaliação? O Brasil deve aderir? O governo brasileiro está em cima do muro, não sabe se vai aderir, se não vai? Qual é a sua posição sobre isso?



“ Nós somos pauta na mídia nacional. Há 10, 12 anos, quase não saía uma matéria sobre o agro, a não ser o endividamento agrícola, uma tragédia, qualquer coisa assim, alguma coisa na pauta econômica, lá numa quinta, sexta página do jornal”

Nilson Leitão: Eu acho que isso vai muito mais na vontade e na vocação do nosso produtor. Mas o que está por trás de tudo isso? Quando você amplia esse tipo de tratado, acordo, você acaba entendendo que está tendo uma disputa mundial pelo poder entre Estados Unidos e China. E aí que vem a questão política que tem que ser decidida, tem que ter muita calma, muita cautela para entender as entrelinhas disso e o impacto. Agora, enquanto o Brasil tiver um canal aberto entre o produtor e o comprador da China, o Brasil ele tem que ampliar isso cada vez mais. Agora, tratado é uma coisa muito mais do ponto de vista político e do impacto que pode construir isso nessa relação mundial. O Brasil tem que ser parceiro de todo mundo. Se ele fechar alguma porta devido a esse tratado, não deve fazer. Agora, se isso não tiver nenhum impacto ou consequência, é óbvio que sempre

tem que fazer.

Grupo RDM: Para encerrar a entrevista, deputado, com relação a uma das grandes pautas, uma das grandes fronteiras até de pensamento da continuidade da espécie humana e até da vida mesmo aqui no planeta Terra, é a questão do impacto ambiental. Vários estudos caminham dizendo que vai haver cada vez mais CO₂, menos oxigênio na Terra e tal. E isso impacta diretamente na produção agrícola. Como que o senhor avalia que isso deve ser enfrentado? Como que essa emergência climática que se tem mostrado no mundo, não é só no Brasil, deve ser enfrentada? Por exemplo, a NASA, agência espacial dos Estados Unidos da América, distribuiu no meio do ano, mais ou menos, uma informação que foi refutada por alguns governadores, por alguns políticos,




dizendo na época que a Amazônia e o Cerrado, em 50 anos, poderiam virar deserto, se continuar mantendo o estágio de produção atual. Nesse mesmo tempo, o cenário pode se repetir também com o Pantanal e pode se transformar em uma caatinga por volta do ano 2070. Como é a sua visão, que posição devemos ter nesse novo momento de emergência climática?

Nilson Leitão: Bom, primeiro que eu acredito na ciência, eu acredito na Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], eu acredito na Esalq [Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP)], eu acredito nas fundações, eu acredito no estudo, na pesquisa, que não apontam por esse mesmo caminho. Eu acredito nisso. A produção, da forma que o Brasil produz, ela é totalmente favorável ao sequestro de gás carbônico, a combater esse desmando ambiental que pode existir. Agora, tem que ter o outro lado da moeda. Você não tem só produção, você tem gente. Regiões como o Pantanal, como a Amazônia, precisam

“A agropecuária não era pauta do próprio governo em campanha eleitoral, não era pauta de uma estrutura de Estado, hoje esse setor passou a ser o setor mais importante da economia, da política e hoje nós temos com o IPA uma Frente Parlamentar da Agropecuária que faz parte dessa estrutura toda”

de saneamento básico, de tratamento de esgoto, precisam de tudo isso. Não é um problema da agropecuária. A agropecuária não é o que vai transformar aquilo lá em deserto. O que vai transformar em deserto é o mau uso da área urbana. Se você pegar um córrego, um rio na área rural, ele vai estar preservado. Você pode indicar para qualquer lado que o seu nariz for. Você vai para uma área rural, você vai ver um córrego preservado e um rio preservado. Quando você for para os centros urbanos, você verá um rio e um córrego comprometidos ambientalmente. O problema não está na produção agrícola, com certeza absoluta. O que precisa fazer é o Brasil não deixar de discutir, de

debater, de enfrentar e, acima de tudo, de pesquisar, de aceitar a ciência, se tiver alguma novidade sobre o que pode impactar, de fato, na questão ambiental. O importante de tudo isso é compreender que o Brasil precisa manter suas reservas, não precisa desmatar aquilo que ainda não está autorizado, que é aquilo que é de direito da nossa legislação. Produzir de forma sustentável, ecologicamente correta, cada vez mais é isso que tem acontecido com o Brasil, senão não venderia para 180 países. Tudo isso tem que acontecer, mas o mundo precisa remunerar aquela riqueza e a estrutura que o Brasil tem das suas reservas. O Brasil é o único país do mundo que tem reserva em área privada. Agora, alguém precisa bancar tudo isso, que, lógico, tem uma sobrevivência econômica, como o americano fez, o europeu fez, todo mundo fez. Então, não, mas não dá para comparar, tem que comparar no seguinte sentido, vamos manter aquilo que precisa ter, 60%, 65% da nossa mata em pé, mas precisa alguém pagar por essa conta. Não dá para ficar no bolso do proprietário rural. ■

A close-up photograph of a person's hands using a screwdriver to clean the lens of a white security camera. The person is holding the camera with their left hand and the screwdriver with their right hand. The background is a warm, yellowish-orange color. The text is overlaid on the left side of the image.

SEGURANÇA só é eficaz,
quando a manutenção
também está em dia.

Brasil investe em algodão com identidade latino-americana

Dinheiro aplicado vem de ação que o país ganhou dos EUA há 10 anos

Por **Flávia Peixoto** - Repórter da TV Brasil

Há mais de uma década, programa liderado pelo Brasil trabalha para unir países latino-americanos em torno de um produto: o algodão. O Brasil é o maior exportador deste vegetal do mundo, terceiro lugar no ranking de maiores produtores da fibra e líder mundial em produção de algodão sustentável. Com a parceria +ALgodão, a ideia é que os países vizinhos também trabalhem de forma sustentável e invistam em seus artesanatos mais autênticos feitos a partir do algodão, para assim atrelar o produto brasileiro à identidade latino-americana com valores como rastreabilidade, ancestralidade, respeito ao meio ambiente e combate à fome e à pobreza.

Para destacar o setor que responde por cerca de 250 milhões de empregos diretos e indiretos no mundo, a Organização das Nações Unidas elegeu 7 de outubro como Dia Mundial do Algodão.

O programa de cooperação internaci-

onal +ALgodão é liderado pelo Brasil por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Itamaraty, e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com a Embrapa e a Assistência Técnica da Empresa Paraibana de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural Paraíba (Empaer-PB). A cooperação envolve Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina, Haiti e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A origem do investimento para esse programa remonta ao ano de 2002, quando o Brasil contestou, na Organização Mundial do Comércio, subsídios que o governo dos Estados Unidos concedia a seus produtores de algodão. Em 2014, depois de doze anos de disputa, os Estados Unidos tiveram que pagar 300 milhões de dólares ao Brasil. Dez por cento deste valor foi destinado à cooperação internacional.

Cecília Malaguti, coordenadora de cooperação sul-sul trilateral da ABC, ressalta que, além do programa +ALgo-

dão, direcionado à América Latina e Caribe, também existe cooperação com países africanos produtores da fibra. “Para cada uma dessas duas iniciativas, definimos uma estratégia diferente. Na cooperação do Brasil com a África, iniciamos com cooperação bilateral, que é Brasil diretamente com cada um desses países, que foram 15 inicialmente. E na América Latina, resolvemos desenvolver esse programa a partir de projetos em parcerias com organismos internacionais”, esclarece Cecília, sobre o envolvimento da FAO.

A coordenadora destaca que o nome +ALgodão tem o 'AL' de América Latina e foi desenvolvido em conjunto entre os participantes. “Um nome que é simples e diz tudo”, constata Cecília.

PARCERIA

Em Bogotá, o embaixador brasileiro Paulo Estivallet de Mesquita defendeu que uma das vantagens de ajudar a desenvolver o algodão em países





Escritor Eduardo Bueno no programa Caminhos da Reportagem, sobre produção de algodão.

parceiros é a diversificação: “A extensão dessa produção para outros países que têm outros climas, outras situações geográficas, pode em algum momento, se nós enfrentarmos uma dificuldade, também ser um bom fornecedor para equilibrar o mercado brasileiro”.

O embaixador do Brasil na Colômbia lembrou que o algodão brasileiro superou uma forte crise nos anos de 1980 e 1990. Os colombianos também enfrentaram dificuldades na mesma época, mas ao contrário do Brasil, não se recuperaram plenamente até hoje. No auge, na década de 1970, o algodão era o segundo produto mais importante do país vizinho, só perdia para o café. Os colombianos plantavam 350 mil hectares de algodão e produziam mais de 300 mil toneladas. Hoje, são no máximo 20 mil hectares cultivados e uma produção de 20 mil toneladas, segundo o presidente da Congregação Colombiana do Algodão, Cesar Villalba.

Para retomar o ritmo de produção do

“ Na cooperação do Brasil com a África, iniciamos com cooperação bilateral, que é Brasil diretamente com cada um desses países, que foram 15 inicialmente. E na América Latina, resolvemos desenvolver esse programa a partir de projetos em parcerias com organismos internacionais”

algodão na Colômbia, o Brasil tem transferido técnicas sustentáveis de cultivo.

SUSTENTABILIDADE

De 2017 até agora, o programa +ALgodão tem trabalhado na Colômbia com o uso de técnicas brasileiras como substituição de agrotóxico por biofertilizante, sistema de irrigação que não desperdiça água e rotação de culturas. Isso tem reduzido os custos da produção e os pequenos produtores colombianos têm aprovado. “Está indo muito bem e se vê uma boa mata e um bom algodão”, comenta Rosa Rubiano Rojas, que cultiva em terras que ficam a seis horas da capital Bogotá. Rosa vive com a família na zona rural de Villavieja, município que guarda o Deserto de Tatacoa, a segunda área mais árida da Colômbia.

O clima seco desta região produtora colombiana traz à tona semelhanças com a produção de algodão orgânico no semiárido paraibano. Jefferson Morais,

diretor de Empaer, acrescenta que “a maioria dos agricultores que estão trabalhando dentro do projeto são agricultores familiares com pequenas áreas, o estado da Paraíba não é diferente, eles praticamente não têm o título da terra, eles arrendam a terra para poderem produzir”.

É o caso do agricultor Alfredo Antonio Ramos Rivas, de Cereté, município na região caribenha. Além do algodão, ele planta vários outros produtos para garantir as refeições da família e para vender o excedente. Um deles é o milho, base alimentar dos colombianos, usado para fazer “arepa”, tão comum para eles quanto um pão francês no Brasil. Alfredo conta que uma das maiores vantagens para ele do programa de cooperação +ALgodão é a assistência técnica gratuita. “Antes do projeto, eu pagava 80 mil pesos colombianos por hectare para o assistente técnico, e hoje em dia é grátis, por meio do projeto, então, tudo isso ajuda”, relata.

O pesquisador da Embrapa José Renato Cortes Bezerra esteve nas terras do Alfredo e verificou os resultados positivos da rotação de culturas. “O monocultivo, exatamente por se tratar de uma única cultura, faz com que a ocorrência de pragas e doenças ocorra com muito mais frequência na área. Quando a gente tem a sucessão ou a rotação de culturas, ou mesmo o consórcio, a gente tem mais de uma cultura, fazendo com que de imediato uma praga que vai atacar uma determinada cultura não consiga atingir a outra. Fazendo com que, ao final, você tenha realmente o resultado mais rentável para ele”, constata.

Essa rentabilidade também depende dos esforços do governo colombiano para resolver algumas questões nacionais. Só existe uma empresa no país atualmente que compra o algodão produzido internamente, portanto, não há concorrência.

Segundo Eduvin Timoté Vargas, agricultor da zona rural de Coyaima e líder indígena Pijao, o algodão ainda não tem dado o lucro que eles esperam. “Todos os governos que passaram não valorizaram o nosso trabalho”, se queixou Edvin, após um ritual para estabelecer confiança com a equipe de reportagem. Ele recebeu a TV Brasil com uma cumbuca de 'guarapo', uma bebida fermentada à base de rapadura, e com outra de 'chicha', feita de milho e



Alfredo Rivas planta vários produtos para garantir o sustento da família, incluindo milho

“A extensão dessa produção para outros países que têm outros climas, outras situações geográficas, pode, em algum momento, se nós enfrentarmos uma dificuldade, também ser um bom fornecedor para equilibrar o mercado brasileiro”

mandioca. Em povos indígenas, compartilhar é essencial para abrir o diálogo.

Em resposta à reclamação, em Bogotá, Ruth Ibarra, coordenadora do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia, disse que o governo está buscando ajustes. “Uma grande aposta que tem o governo colombiano é ajudar os produtores na parte de assistência técnica. Fazer todo o acompanhamento, até levá-los ao mercado, onde negociam com os aliados comerciais, os quais vão comprar a matéria-prima a um preço justo, e também dar-lhes valor agregado”, ressalta Ruth Ibarra.

PESQUISA CIENTÍFICA

Outra linha de frente do programa de cooperação internacional em busca de um algodão mais sustentável na América Latina é a pesquisa científica. Na Colômbia, por exemplo, a Universidade de Tolima envolveu profissionais como o professor Giovanni Andrade Peña, engenheiro agrônomo.

Peña explica que os trabalhos na universidade incluem o desenvolvimento de novos biofertilizantes e o reaproveitamento de subprodutos do cultivo do

algodão. Giovanni diz que a universidade se une ao esforço de revalorizar o algodão.

“Lamentavelmente, neste momento, o algodão, como tal, a nível mundial, não somente na Colômbia, está atravessando uma crise. Já que temos outros tipos de fibras que o substituem, por exemplo, o poliéster, que é um derivado do petróleo. Então, para as indústrias, é mais atrativo trabalhar com o poliéster, porque o preço é mais baixo”, conclui.

O algodão é uma fibra natural cujo processo de decomposição acontece entre três meses e vinte anos. Por outro lado, as fibras sintéticas podem levar duzentos anos para se decompor.

Há também um trabalho para recuperar as sementes tradicionais do algodão, as chamadas sementes crioulas, e deixar de usar tão amplamente as sementes transgênicas. A ideia é criar um banco de material genético do algodão latino-americano. Quem cuida disso na Colômbia é a Corporação Colombiana de Pesquisa Agropecuária (Agrosavia), o equivalente à Embrapa no Brasil.

Henry Ballesteros é coordenador de Inovação regional da Agrosavia em Cereté e a missão profissional dele se



Repórter Flávia Peixoto participa de ritual para estabelecer confiança com Eduvin



Tecnologia deve atrair os jovens para o campo

mistura a um desejo pessoal. “Sonho em voltar a produzir algodão de novo. Tenho muita esperança. E, se eu fizer, sem dúvida, faria com essas técnicas que estamos aprendendo e desenvolvendo com o Projeto +ALgodão”, destaca. Henry é neto de produtores de algodão e a produção da família dele foi à ruína na época em que se usava muito agrotóxico, o que encareceu a produção e desvalorizou o produto.

OURO BRANCO

O algodão é sagrado para alguns povos da América Latina. Já foi considerado 'ouro branco', por exemplo, em algumas regiões do Brasil e da Colômbia por gerar riqueza.

Incentivar o fortalecimento do cultivo do algodão, de forma sustentável, nos países que têm ou tinham a tradição desse plantio, é também lutar contra a fome e a pobreza, segundo especialistas

de instituições envolvidas no programa de cooperação internacional liderado pelo Brasil. Não apenas por causa dos cultivos associados de alimentos e das vantagens financeiras e ambientais das técnicas sustentáveis de plantio, mas pela própria permanência da população no campo.

Na Colômbia, muita gente foi expulsa da zona rural por causa do conflito entre governo, grupos paramilitares, traficantes de drogas e guerrilhas como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que já dura seis décadas e é responsável pelo deslocamento de cerca de sete milhões e meio de pessoas de seus lares originais.

Agustin Zimmermann, representante da FAO na Colômbia, afirma que o programa +ALgodão está atuando em zonas que foram muito afetadas durante o auge do conflito armado no país. “Então, o projeto dá agora possibilidade

de retorno dos camponeses, porque põe em funcionamento uma dinâmica produtiva, digamos, benéficos, para que os camponeses possam ficar e retornar aos lugares onde antes tinham suas casas”, avalia Zimmermann.

Para atrair as pessoas de volta para o campo e, principalmente os mais jovens, a estratégia da cooperação internacional é levar tecnologia para o campo. O Brasil doou para a Colômbia um drone agrícola para pulverização de biofertilizantes nas plantações de algodão e cultivos associados. O dispositivo voador é usado por alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia (Sena), no município de El Espinal.

Alvaro Puentes Molina, professor de Agricultura do Sena, pontua que o jovem, “se ele sabe que a partir da tecnologia, ele vai ter mais conforto, vai ter mais sustentabilidade, vai ter melhores garantias na vida, ele fica”.



Liris produz as bolsas típicas colombianas



Indígenas do povo Pijao produzem o próprio algodão

Kelly Moreno, estudante de 17 anos do curso de agricultura de precisão, explica que o drone tem entre os benefícios “monitorar cultivo, analisar dados, e a possibilidade de fazer doses variáveis, de expandir fertilizantes e de economizar água”.

Para o coordenador do programa +ALgodão na Colômbia, José Nelson Camelo, da FAO, uma das situações mais críticas da cadeia algodoeira na América Latina é que há uma população envelhecida e, portanto, atrair jovens seria um dos maiores acertos da cooperação internacional.

Outro acerto, segundo ele, é promover o modelo produtivo, que se validou no Brasil, que atrai pequenos produtores da agricultura familiar e que em seu sistema de produção envolve algodão com outros cultivos, como milho, arroz e sorgo. “Isso para a Colômbia é muito válido, porque a maioria dos produtores de algodão no país, cerca de 70%, são pequenos. Para a FAO e para o projeto, esse é um dos nossos interesses: a segurança alimentar”, enfatiza José Nelson.

A ideia do projeto é aproveitar tudo que é nutritivo em torno do cultivo da fibra, até os cactos da região algodoeira próxima ao Deserto de Tatacoa. O cacto conhecido como nopal tinha enorme importância para as civilizações pré-colombianas e até hoje é usado por alguns como base para alimentos e cosméticos. No sertão nordestino, o nopal é conhecido como 'palma forrageira'.

Vivian García, engenheira ambiental do Pacto Global, da ONU, avalia que o programa +ALgodão atende a todos os

“A agropecuária não era pauta do próprio governo em campanha eleitoral, não era pauta de uma estrutura de Estado, hoje esse setor passou a ser o setor mais importante da economia, da política e hoje nós temos com o IPA uma Frente Parlamentar da Agropecuária que faz parte dessa estrutura toda”

objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. “Um programa como este, definitivamente, está abarcando temas de fome zero, de erradicação da pobreza, de ação climática, de gestão de água e redução de desigualdades”, defende.

MULHERES NA CADEIA DO ALGODÃO

Para combater desigualdades, o programa +ALgodão também tem um recorte de gênero. Muitas mulheres têm histórias de vida entrelaçadas pela fibra têxtil natural mais usada no mundo. Em Córdoba, no Caribe colombiano, as artesãs Adriana Isabel Reyes e Liris Barga Martine aprenderam ainda crianças a tecer bolsas típicas do povo Wayuu, indígenas que habitam a fronteira com a Venezuela. As mais tradicionais são coloridas e no formato saco. É um souvenir colombiano famoso entre os turistas e as fashionistas.

Por meio do programa de cooperação internacional, Adriana e Liris têm recebido os fios de graça, o que reduz os custos de produção das peças artesanais. Mas a intenção da iniciativa é maior:

preparar mulheres para plantar e colher o algodão.

“É muito difícil se manter comprando o quilo caro, sendo que nós podemos produzir o algodão”, reforça a artesã Liris.

Na região de Tolima, em um vale da Cordilheira dos Andes, as indígenas do povo Pijao Oneida Collazos Payanene e Eliza Fernanda Liz Pietro já cultivam o próprio algodão. Elas foram selecionadas para participar de capacitações de cultivo oferecidas gratuitamente pelo +ALgodão. “Isso é uma mudança de vida muito bonita, tanto para a comunidade como para nós, porque nos beneficia em sermos lideranças, em perder o medo de dirigir, empoderar como mulheres indígenas, e obter ganhos monetários e econômicos para nossas famílias”, afirma Elisa.

Ainda em Tolima, na capital da região, Ibagué, Sandra Patricia Gil Pérez, profissional de segurança e saúde no trabalho das Confecções Caribbean, é uma das cerca de 100 trabalhadores da empresa alinhados com a missão do programa +ALgodão. “Não é só vir e fazer roupas, não. Há muita coisa por trás



Zoraida conta que o algodão é o sustento de muitas famílias na região, mas alerta para a queda no número de empresas do ramo



Juan Pablo mostra a mistura de tecidos que produziu

de tudo isso. Trabalho social, gerar renda para pessoas que estão na prisão, igualdade de gênero, a maioria são mães de família, mantendo o algodão na Colômbia”, defende Sandra.

Na Tomatico, outra empresa têxtil da cidade de Ibagué, a operária de confecção Zoraida Cárdenas conta que o sustento de muitas famílias é devido ao algodão. “Temos muitas mães, chefes de família, que pertencem à empresa. E, graças a isso, nós podemos sobreviver ou podemos levar nossos filhos, nossa família para frente”.

No entanto, Zoraida alerta sobre a redução de negócios no polo têxtil de Ibagué durante a decadência do algodão na Colômbia, nas últimas três décadas. Muitas fábricas de fiação foram fechadas, o que encareceu o fio produzido na Colômbia, tendo em vista que praticamente não há concorrência interna. Tanto que para diminuir os custos, o fio usado na Tomatico é importado da Ásia, mais barato. Reverter esse tipo de

“ A maioria dos agricultores que estão trabalhando dentro do projeto são agricultores familiares com pequenas áreas, o estado da Paraíba não é diferente, eles praticamente não têm o título da terra, eles arrendam a terra para poderem produzir”

importação é um dos objetivos do programa de cooperação internacional.

Um dos responsáveis pela Tomatico, o engenheiro industrial Germán Mejía Sanchez diz que a empresa planeja produzir o fio. “Temos o projeto de montar uma fábrica de fios aqui na região, está dentro do projeto +ALgodão. A longitude de fibra do algodão de Tolima é muito boa, é uma região que tem muitos terrenos, são muitos que se prestam ao cultivo do algodão”.

A coordenadora de cooperação sul-sul trilateral da Agência Brasileira de Cooperação, Cecília Malaguti, diz que na recém-lançada segunda fase do projeto +ALgodão, os focos são a certificação e o rastreamento da forma de produção. “Os consumidores querem saber de onde vem esse algodão, que técnicas empregou, técnicas sociais, ambientais”, explica sobre a prioridade atual.

Quem resume bem esses valores é o designer de moda sustentável colombiano Juan Pablo Martínez. Ele une peças de algodão feitas por artesãs dos diferentes países participantes do programa +ALgodão. “É um tecido, uma maneira de trabalhar o algodão típico de Yatite, no Paraguai. E isto eu combinei com este tecido, que é dos indígenas Arhuacos, da Serra Nevada da Colômbia”, expõe.

“Há uma história de que todas essas artesãs que estão afastadas fisicamente, geograficamente, por milhares de quilômetros, mas que têm histórias muito similares umas às outras, são apaixonadas e conhecedoras do trabalho do tecido e do fazer com o algodão”, acrescenta Juan Pablo.

É a esses valores que o algodão brasileiro quer se vincular. ■

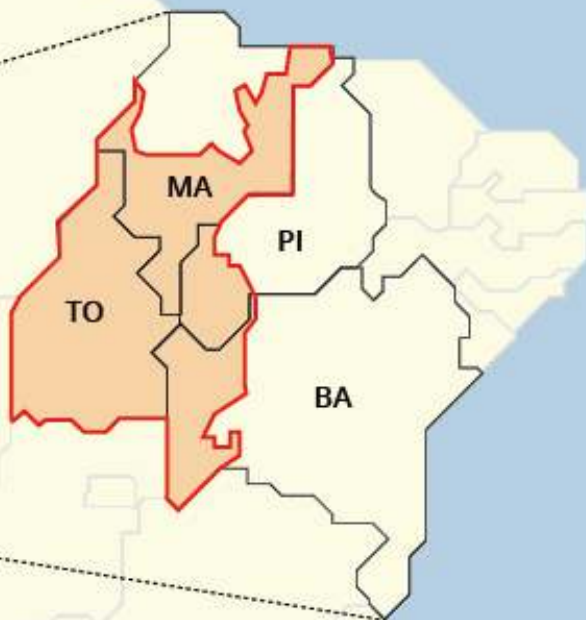
Hub Matopiba potencializa presença estratégica da Embrapa na região

Novo modelo de gestão integra atuação de 11 Unidades da Embrapa

Por **Flávia Bessa**



A região do Matopiba



Agência Câmara

Formada por áreas majoritariamente de cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a mais nova e promissora fronteira agrícola do País, o Matopiba, está entrando em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico para a produção agropecuária com sustentabilidade e inclusão socioprodutiva a partir da integração sinérgica de 11 Unidades da Embrapa.

O Matopiba é reconhecido por sua produção agropecuária de grãos e fibras, em especial, soja, milho e algodão e crescente presença da pecuária. Só a produção de soja, na safra 2022-23, totalizou 18,5 milhões de toneladas, o que representa cerca de 12,3% do total produzido no Brasil. Além de grãos, o algodão produzido nessa região coloca a Bahia e o Maranhão no ranking de segundo e terceiro maiores produtores do Brasil.

A Embrapa, que já tem quatro centros de pesquisa nos estados que integram o Matopiba atuando na região, terá sua atuação reforçada com mais sete unidades para formação do Hub Matopiba, projeto inovador para a agricultura do futuro no Brasil.

No início de novembro, sob a coordenação da Embrapa Cocais (MA), estiveram reunidos representantes das 11 Unidades e ainda de instituições governamentais, representantes do

agronegócio, empresas de consultoria, entidades e associações, além de produtores rurais, para discutir estratégias voltadas à implantação do Hub Matopiba e definir arranjos de pesquisa e desenvolvimento e gestão para convergir a agenda das 11 Unidades a partir da Unidade de Execução de Pesquisa em Balsas - UEP Balsas, que vai sediar o Hub Matopiba no sul do Maranhão. O evento foi realizado em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas - SindiBalsas e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja - AproSoja Maranhão.

Vinculada à Embrapa Cocais, a UEP Balsas está localizada no coração da região do Matopiba, por ser ponto estratégico em relação ao modal logístico pela presença do Porto do Itaqui

(segundo maior destino da soja exportada pelo país, atrás apenas do porto de Santos) e ferrovias para escoamento da produção. No passado, a localização estratégica da UEP permitiu a expansão na região da agricultura na segunda metade dos anos 80 graças às tecnologias agropecuárias adaptadas e desenvolvidas pelas pesquisas realizadas pela Embrapa, que transformou os solos de Cerrado com baixa fertilidade natural em aptos para a produção mecanizada de grãos.

Segundo o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, Clenio Pillon, a UEP Balsas será ponto aglutinador desse processo para construção de plataforma de inovação colaborativa no território em parceria com o setor produtivo, instituições públicas e privadas e de

“ A iniciativa representa a construção coletiva de novo desenho para atuação articulada da Embrapa na região. O Hub Matopiba não deve ter atuação limitada às 11 UD's. A Rede Embrapa e suas competências devem contribuir no processo para melhoria da produção agrícola com sustentabilidade e inclusão socioprodutiva no Matopiba ”

forma alinhada e articulada para fortalecimento da agenda de atuação na região, um movimento orquestrado para inovação no campo.

“Haverá chamada interna de projetos para solucionar problemas e desafios complexos de pesquisa que atendam tanto o agro empresarial quanto a agricultura familiar. A iniciativa representa a construção coletiva de novo desenho para atuação articulada da Embrapa na região, interna e externamente. O Hub Matopiba não deve ter atuação limitada às 11 UDs. A Rede Embrapa e suas competências devem contribuir no processo para melhoria da produção agrícola com sustentabilidade e inclusão socioprodutiva no Matopiba”, afirmou.

O chefe-geral da Embrapa Cocais, Marco Bomfim, destaca a relevância da iniciativa. “Estamos inaugurando um novo momento da Embrapa na Matopiba ao reunir o trabalho de 11 Unidades, que vão alocar pesquisadores aqui em Balsas para inaugurar esse novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, superar desafios e definir agenda de pesquisa e desenvolvimento para os próximos 20, 30 anos. Há uma demanda nessas regiões por mais tecnologia para dar suporte ao desenvolvimento regional sustentável. Reconhecendo o quão estratégico seria estar presente e fortalecer a UEP em conjunto com as outras Unidades, a Diretoria Executiva decidiu incentivar e apoiar a formação do Hub. A UEP é só uma base física, a ideia é, a partir de Balsas, pensar o Matopiba e promover a integração das ações das outras UDs que estão também presentes no território. Inicialmente, 11 Unidades vão estar fisicamente na UEP formando esse primeiro núcleo, que deve se expandir com a participação de outras Unidades. O que se quer é que a UEP tenha uma identidade de time, da rede Embrapa, para melhor integração do trabalho de equipe, com um objetivo único, um propósito único. Daí a construção coletiva desse modelo desde o princípio”.

Bomfim destacou que o encontro teve o objetivo de definir o foco e o planejamento estratégico, por meio de um processo de escuta e debate para captar os desafios e as oportunidades e estabelecer estratégias. Para tal, foram convidados produtores, consultores



(Montec, Innova Agro, Evoterra) e parceiros para um painel de especialistas. Os desafios e oportunidades captados pelas Unidades da Embrapa foram utilizados como insumo para definição de estratégias a partir de uma oficina interna de trabalho, desenvolvido na UEP Balsas. Também foi realizada programação de visitas técnicas a parceiros na região do Matopiba no raio de atuação da UEP, que ultrapassa os limites do Maranhão. “Essa foi uma primeira etapa, técnica. Haverá uma segunda fase, que é a fase de validação e devolutiva para os envolvidos. A partir desse material, será definida a espinha dorsal da UEP conectada com a estratégia corporativa”, completa.

Entre as visitas, pode-se citar a realizada à Fazenda Tanque (grupo da Agromantovar), que é parceira da Embrapa Cocais em pesquisa com integração-lavoura-pecuária - ILP; outra foi à Fazenda Cajueiro (RN), que trabalha com produção de sementes para comercialização e multiplica materiais da Embrapa; e ainda à Inpasa, empresa de produção de etanol de milho que está se estruturando em Balsas. Parte dos

representantes da Embrapa também participaram do lançamento do plantio da soja, o Plano Safra, realizado na Fazenda Pau Brasil. O evento marcou oficialmente o início da safra de soja no País. Essa foi a primeira vez que o Maranhão sediou a Abertura Nacional do Plantio da Soja.

Para o chefe-adjunto de administração da Embrapa Cocais, Allyson Veras, segue-se como base a estrutura de gerenciamento montada para a UEP de Canoinhas, em Santa Catarina. “O desenho do modelo de gestão também precisa ser maturado para definir exatamente como é que vai ser o processo de governança compartilhada do Hub Matopiba na UEP Balsas entre as Unidades e a Diretoria Executiva. O momento foi um pontapé inicial para avançar na maturidade do processo. Discussões em torno da gestão orçamentária e execução financeira e administrativa também estiveram presentes”.

A IMPRESSÃO DOS CHEFES DAS UDS PARTICIPANTES

“As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes e com eventos mais



Fotos: Divulgação

“ Estamos inaugurando um novo momento da Embrapa na Matopiba ao reunir o trabalho de 11 Unidades, que vão alocar pesquisadores aqui em Balsas para inaugurar esse novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, superar desafios e definir agenda de pesquisa e desenvolvimento para os próximos 20, 30 anos”

intensos e duradouros, o que irá demandar um esforço maior de Ciência e Tecnologia para mitigar esse desafio. Neste sentido, é importante contar com o apoio do governo dos estados, das associações de produtores e de outros atores do agronegócio na região para ajudar a alavancar esse Hub que está sendo criado. A Embrapa precisa do apoio de vários stakeholders nesse processo de revitalização”. Alexandre Nepomuceno, chefe-geral da Embrapa Soja.

“O cenário é muito positivo. A Embrapa Meio-Norte vem, ao longo da sua existência, desenvolvendo trabalho nessa região de Balsas e em todo o Matopiba. Agora, nesse novo momento e com desenho inovador, vamos fortalecer parcerias e integração entre as UDs. Somos uma empresa única e vamos trabalhar uníssonos com o setor produtivo para darmos grandes respostas às demandas da agricultura empresarial e da agricultura familiar”. Anísio Lima, chefe-geral da Embrapa Meio-Norte.

“A reunião cumpriu bem seu objetivo. A junção de tantas lideranças

em torno de um objetivo comum, como a temática do Matopiba, mostra a relevância do tema e a necessidade de alianças efetivas. A dinâmica da reunião possibilitou uma troca profícua de ideias que certamente levarão a um rumo adequado. A Embrapa Mandioca e Fruticultura sente-se honrada em fazer parte desse esforço”. Francisco Laranjeira, chefe-geral da Embrapa Mandioca e Fruticultura.

“O HUB Matopiba em Balsas representa uma iniciativa estratégica para a agricultura no Matopiba. Com a proposta de um modelo colaborativo, disruptivo e sinérgico que reúne a expertise de 11 Unidades, promove o compartilhamento de conhecimento e recursos, além de um modelo de gestão alinhado às demandas de um setor em constante transformação. Essa sinergia impulsiona soluções inovadoras e sustentáveis, fortalecendo a competitividade e a resiliência da agricultura do futuro”. Paula Packer, chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente.

“A reunião foi muito produtiva. O foco das discussões foram os sistemas de produção sustentáveis competitivos levando em conta as características dos solos da região. Foi dada muita ênfase também à questão das mudanças climáticas. Nesse sentido, foi discutido que temos que fortalecer o sistema de inteligência estratégica do Matopiba”. Claudio Magnabosco, pesquisador da Embrapa Cerrados e representante da Chefia.

“A Embrapa está consolidando a criação de uma unidade de PD&I denominada Hub Matopiba. Essa criação, validadora e adaptativa conta com a contribuição de Unidades Descentralizadas que têm missão em temas, projetos, competências e meios para integrar, com o setor produtivo, local e regional, o desenvolvimento agropecuário sustentável no Matopiba. Compreendemos a relevância e oportunidade desta estratégia e integramos esse esforço corporativo de presença e participação institucional”. Frederico Durães, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo.

“Essa reunião foi muito importante, pois tivemos um feedback de consultorias que trabalham na região e também de pequenos e grandes produtores sobre o que realmente o Matopiba está precisando

do”. Daniel Vidal Pérez, chefe-geral da Embrapa Solos.

A OPINIÃO DOS PARCEIROS

“Esse encontro foi muito importante para a região do Matopiba, sobretudo pela união das empresas de pesquisas em prol de um planejamento para o futuro da região. No passado, a vinda da Embrapa para Balsas transformou a realidade do município. Temos muitas expectativas positivas em relação a esse novo momento”. Airto Zamignan.

“Após a apresentação dos pontos fortes da região e gargalos a serem superados, a Embrapa prometeu mais investimentos em recursos e pessoal para ajudar a agricultura de toda a região. A Aprosoja e Sindibalsas sempre tiveram enorme gratidão pelos serviços já prestados e esperança de que esses trabalhos avancem na região com os novos investimentos prometidos. É um trabalho de extrema relevância para o setor com potencial de mudar microrregiões e alavancar macrorregiões com desenvolvimento a longo prazo, mudando inclusive indicadores sociais. Acreditamos que a maior aproximação da Embrapa com os produtores precisa ser a chave para guiar as pesquisas aos temas mais relevantes, que surjam resultados no menor tempo e que as pesquisas alcancem toda a agricultura do Maranhão e região. A região se coloca à disposição como entidade e como produtores individuais interessados na pesquisa da Embrapa e nos seus resultados”. Joel Carlos, diretor financeiro da Aprosoja-MA.

“A Embrapa é um grande parceiro do produtor rural e, conseqüentemente, tem o nosso apoio e parceria na bandeira conjunta que levantamos, que é do conhecimento como ferramenta de desenvolvimento sustentável para o nosso agro. Acredito que a iniciativa do Hub Matopiba pode acelerar o desenvolvimento e a competitividade das propriedades rurais maranhenses, na medida em que facilitará o acesso a tecnologias comprovadamente eficazes e adequadas ao nosso território”. Raimundo Coelho, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (Faema/Senar).

“A convite da Embrapa Cocais, participamos em Balsas da reunião preparatória para a construção do Hub Matopiba, composto por 11 Unidades da



“ Inicialmente, 11 Unidades vão estar fisicamente na UEP formando esse primeiro núcleo, que deve se expandir com a participação de outras Unidades. O que se quer é que a UEP tenha uma identidade de time, da rede Embrapa, para melhor integração do trabalho de equipe, com um objetivo único, um propósito único. Daí a construção coletiva desse modelo desde o princípio”

Embrapa. Lá tratamos sobre os desafios e oportunidades da produção de commodities e da agricultura familiar. Apresentamos nossas ações e experiências exitosas. Participamos também de uma roda de conversa sobre os desafios e a sucessão na agricultura familiar”. Sandro Montenegro, presidente da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Agerp).

UEP BALSAS

A UEP Balsas está localizada numa área de cinco hectares. Possui infraestrutura física para atuação em pesquisa e desenvolvimento e inovação, tendo 4.000 m² construídos, incluindo salas e laboratórios de apoio à pesquisa (preparo de ensaios e beneficiamento de amostras), máquinas e equipamentos para atividades de pesquisa a campo e beneficiamento de amostras em laboratórios de apoio à pesquisa (estufas, balanças), casa de vegetação, câmaras frias para sementes, galpões, Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) para beneficiamento de semente do melhorista (pequenos volumes) e UBS para beneficiamento de sementes básicas, para volumes acima de uma tonelada. ■

Como ficam as exportações agrícolas após acordo Mercosul-UE

Café e frutas terão alíquota zero; carne e açúcar, tarifas reduzidas

Por **Wellton Máximo**, da Agência Brasil

Assinado em 6 de dezembro, após 25 anos de negociações, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) não sofreu modificações quanto ao comércio de produtos agropecuários, esclareceu o governo brasileiro no *factsheet* (documento com resumo) sobre o tratado. As condições para a entrada na UE de bens agrícolas exportados pelo Mercosul foram mantidas em relação ao texto original de 2019.

O texto final contrariou a expectativa de países como França e Polônia, que queriam restringir os produtos do continente sul-americano para não

perderem competitividade. Existe a possibilidade de Itália, Países Baixos e Áustria se oporem ao acordo.

Pelo *factsheet* divulgado pelo governo brasileiro, café e sete tipos de fruta do Mercosul entrarão na União Europeia sem tarifas e sem cotas. Pela oferta do Mercosul aceita pela UE, as frutas com livre circulação são: abacate, limão, lima, melão, melancia, uva de mesa e maçã.

Outros produtos agropecuários terão cotas (volumes máximos) e tarifas para entrarem na União Europeia, porém mais baixas que as atuais. O acordo prevê a desgravação (retirada gradual da tarifa), de modo a zerar o Imposto de Importação entre os dois blocos e

cumprir as condições de uma zona de livre-comércio. Os prazos para a eliminação de tarifas são de quatro, sete, oito, 10 e 12 anos, variando conforme o item.

As cotas definidas no acordo comercial serão posteriormente divididas entre os países do Mercosul. No caso de as exportações do Mercosul à UE ultrapassarem a cota, os produtos passarão a pagar as alíquotas atuais.

De acordo com o documento do governo brasileiro, a oferta da União Europeia, aceita pelo Mercosul, corresponde a aproximadamente 95% dos bens e 92% do valor das exportações de bens brasileiros à União Europeia. Produtos sujeitos a cotas ou tratamentos

não tarifários (como barreiras ambientais ou sanitárias) representam cerca de 3% dos bens e 5% do valor importado pela União Europeia, com esses tratamentos aplicados principalmente a itens do setor agrícola e da agroindústria.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a abordagem reflete o equilíbrio buscado entre a abertura de mercados e a proteção de setores sensíveis para ambas as partes.

CONFIRA A SITUAÇÃO POR PRODUTO:

Café: exigência de que 40% do café verde e 50% do café solúvel sejam originários do Brasil. Para os três tipos de café (verde, torrado e solúvel), as tarifas, atualmente entre 7,5% e 11%, serão eliminadas de quatro a sete anos;

Uvas frescas de mesa: retirada imediata da tarifa de 11%, com livre-comércio;

Abacates: alíquota de 4% retirada em quatro anos;

Limões e limas: tarifa de 14% retirada em até sete anos;

Melancias e melões: alíquota atual de 9% eliminada em sete anos;

Maçãs: tarifa atual de 10% retirada em dez anos;

Etanol industrial: tarifas zeradas gradualmente, com cota de 450 mil toneladas sem tributo quando o acordo entrar em vigor;

Etanol combustível e para outros usos: tarifas zeradas gradualmente, com cota de 200 mil toneladas, com um terço da tarifa europeia (6,4 euros ou 3,4 euros a cada cem litros), com volume crescente em seis estágios até cinco anos após a entrada em vigor do acordo;

Açúcar: tarifas zeradas gradualmente, cota de 180 mil toneladas com tarifa zero e tarifas atuais, entre 11 euros e 98 euros por tonelada, sobre o que ultrapassar a cota. Cota específica de 10 mil toneladas para o Paraguai, com alíquota zero;

Arroz: tarifas zeradas gradualmente, com cota de 60 mil toneladas com alíquota zero a partir da entrada em vigor do acordo e volume crescente de seis estágios em cinco anos;

Mel: tarifas zeradas gradualmente, com cota de 45 mil toneladas com alíquota zero a partir da vigência do acordo e volume crescente em seis estágios em cinco anos;



Oferta da UE, aceita pelo Mercosul, corresponde a cerca de 95% dos bens e 92% do valor das exportações de bens brasileiros à União Europeia. Produtos sujeitos a cotas ou tratamentos não tarifários representam cerca de 3% dos bens e 5% do valor importado pela UE, com esses tratamentos aplicados principalmente a itens do setor agrícola e da agroindústria

Milho e sorgo: tarifas zeradas gradualmente, cota de 1 milhão de toneladas com alíquota zero na entrada em vigor do acordo, com volume crescente em seis estágios anuais em cinco anos;

Ovos e ovoalbumina: tarifas zeradas gradualmente, com cota de 3 mil toneladas com alíquota zero a partir da vigência do acordo, com volume crescente em seis estágios anuais em cinco anos;

Carne bovina: cota de 99 mil toneladas de peso carcaça, 55% resfriada e 45% congelada, com tarifa reduzida de 7,5% e cota crescente em seis estágios. Cota Hilton, de 10 mil toneladas, com alíquota reduzida de 20% para 0% a partir da entrada em vigor do acordo;

Carne de aves: cota de 180 mil toneladas de peso carcaça com tarifa zero, das quais 50% com osso e 50% desossada e volume crescente em seis estágios;

Carne suína: cota de 25 mil tonela-

das com tarifa de 83 euros por tonelada e volume crescente em seis estágios;

Suco de laranja: redução a zero da alíquota em 7 e 10 anos e margem de preferência (redução de alíquota em relação à atual) de 50%;

Cachaça: liberação do comércio em quatro anos de garrafas de menos de 2 litros, cota de 2,4 mil toneladas com alíquota zero e volume crescente em cinco anos para cachaça a granel. Atualmente, a aguardente paga alíquota em torno de 8%;

Queijos: cota de 30 mil toneladas com volume crescente e com alíquota decrescente em 10 anos (exclusão de muçarela do acordo);

Iogurte: margem de preferência de 50%;

Manteiga: margem de preferência de 30%. ■

Fonte: Ministério da Agricultura e factsheet do governo brasileiro.

Senado aprova regulamentação dos bioinsumos

São produtos e tecnologias de origem biológica para combater pragas e doenças e melhorar o desenvolvimento das plantas

Da Redação

O projeto da Câmara dos Deputados que regula a produção, o uso e a comercialização dos bioinsumos na agropecuária foi aprovado no Plenário do Senado no dia 3 de dezembro e seguiu para sanção presidencial.

Bioinsumos são produtos e tecnologias de origem biológica (vegetal, animal, microbiana e mineral) para combater pragas e doenças e melhorar o desenvolvimento das plantas. Entre outros pontos, o texto dispensa de registro bioinsumos produzidos para o consumo próprio nas propriedades rurais; estabelece mecanismos oficiais

de estímulo ao uso de bioinsumos; e cria uma taxa para financiar o trabalho de fiscalização pelo Ministério da Agricultura.

O Projeto de Lei (PL) 658/2021, do deputado Zé Vítor (PL-MG), foi aprovado em 27 de novembro na Câmara dos Deputados. Com a votação, foi arquivado o PL 3.668/2021, do senador Jaques Wagner (PT-BA), que também tratava do tema.

Nomeado relator do PL 658/2021, Jaques Wagner leu em Plenário resumo de seu parecer favorável. Ele destacou a importância dos acordos que permitiram a tramitação em paralelo dos projetos sobre defensivos agrícolas (sancionado como Lei 14.785, de 2023) e dos

bioinsumos: para ele, a proposição abre espaço para o Brasil atrair investimentos expressivos.

“Somos campeões de biodiversidade, e os bioinsumos dão ao Brasil uma dianteira nessa matéria. São produtos que o mundo inteiro olha para o Brasil, pela nossa capacidade de produção desse tipo de produto que é fundamental para a agricultura e para a pecuária, e vão produzir alimentos mais saudáveis e menos agressivos à terra e ao meio ambiente”, comentou.

“Insisto que são insumos que fazem o mundo inteiro olhar para o Brasil, pela nossa capacidade de produção desse tipo de produto, que é fundamental para a agricultura e, também, para a pecuária. E eles, evidentemente, vão produzir alimentos mais saudáveis e serem menos agressivos à terra e ao meio ambiente”, acrescentou.

Em seu relatório, o parlamentar chamou atenção para o estímulo à inovação nos bioinsumos e para o aprimoramento da segurança jurídica no setor.

A senadora Tereza Cristina (MS), vice-presidente da Frencoop, liderou as



“Somos campeões de biodiversidade, e os bioinsumos dão ao Brasil uma dianteira nessa matéria. São produtos que o mundo inteiro olha para o Brasil, pela nossa capacidade de produção desse tipo de produto que é fundamental para a agricultura e para a pecuária, e vão produzir alimentos mais saudáveis e menos agressivos à terra e ao meio ambiente”

negociações para garantir a celeridade da tramitação do projeto e agradeceu o empenho dos parlamentares para que a aprovação acontecesse. Segundo ela, a nova lei vai auxiliar pequenos e grandes agricultores, além de impulsionar a produção sustentável.

“O agro foi ouvido, especialmente nas questões on farm. Foi um trabalho realizado com maestria nas duas Casas Legislativas. Se não tivéssemos agido com rapidez os produtores que utilizam os bioinsumos ficariam na ilegalidade. Esse tema é sinônimo de inovação, tecnologia e agricultura sustentável. É o agro movido à ciência”, ressaltou.

Em sentido semelhante, o senador Chico Rodrigues (PSB-RR) entende que as biofábricas proporcionam “flexibilidade financeira” aos produtores. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) defendeu a qualidade da agropecuária brasileira diante das críticas de outros países que estariam preocupados com a iminente formalização do acordo comercial Mercosul-União Europeia.

O senador Jorge Seif (PL-SC) declarou que o projeto coloca o Brasil na vanguarda da agricultura sustentável e economicamente viável, além de afastar o país da dependência de insumos importados, e o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) estima que o projeto beneficiará especialmente os pequenos produtores e melhorará a imagem do país no exterior.

O projeto foi aprovado em votação simbólica, com duas emendas de redação. A votação foi antecedida de requerimento de urgência (RQS 845/2024), também aprovado simbolicamente pelos senadores.

A medidaregulamenta e incentiva a produção, tratamento e classificação desses insumos, além de garantir maior previsibilidade e segurança jurídica aos investimentos voltados para o setor.

Para as cooperativas, a proposta contempla suas diversas atuações relacionadas aos bioinsumos, tanto na produção on farm, técnica que substitui o uso de agrotóxicos por bioinsumos, que são considerados essenciais no

Manejo Integrado de Pragas (MIP), quanto na produção comercial.

Ao longo da tramitação da matéria, o Sistema OCB participou de diversas reuniões com parlamentares das frentes Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e da Agropecuária (FPA), além de entidades impactadas pelo tema, para trabalhar na construção de um texto favorável ao cooperativismo. “Com a aprovação desse projeto, nossas cooperativas terão, com certeza, um avanço maior em produtividade e uso eficiente de recursos, o que contribui diretamente para uma agricultura ainda mais sustentável”, afirmou o presidente da entidade, Márcio Lopes de Freitas.

O mercado de bioinsumos brasileiro tem registrado crescimento expressivo, com uma taxa anual de 21% nos últimos três anos, superando em quatro vezes a média global. Na safra 2023/2024, as vendas desses produtos alcançaram R\$ 5 bilhões, com destaque para as culturas de soja, milho e cana-de-açúcar. Mato Grosso se posiciona como líder na utilização de bioinsumos, representando 33,4% do consumo, enquanto Goiás e o Distrito Federal somam 13%, e São Paulo aparece com 9%.

A AENDA e outras mais de 50 entidades do setor produtivo e da indústria trabalharam intensamente ao longo de 2024 em uma proposta consensual de texto para o PL, buscando consolidar os dois projetos que tramitavam no Congresso Nacional sobre o tema. Em conjunto com seus associados e sua equipe jurídica, a AENDA trabalhou em todo o processo de elaboração, apresentando soluções, discutindo possibilidades e colaborando com seu extenso conhecimento regulatório para unificar todos os regramentos de registro dos diferentes tipos de bioinsumos.

Para a gerente de Regulamentação Federal da AENDA, Amanda Bulgaro, a aprovação do PL de Bioinsumos é um marco para a agricultura brasileira e do mundo. “Foram muitos meses de trabalho e é muito gratificante ver que todo o esforço do setor industrial e produtivo valeu a pena. Uma legislação específica para os bioinsumos fundamenta a construção de um ambiente regulatório no qual as partes interessadas possam trabalhar e conviver de maneira harmônica e participar em um mercado justo, resguardando as medidas de conservação ambiental e manutenção da saúde humana e animal”. ■



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

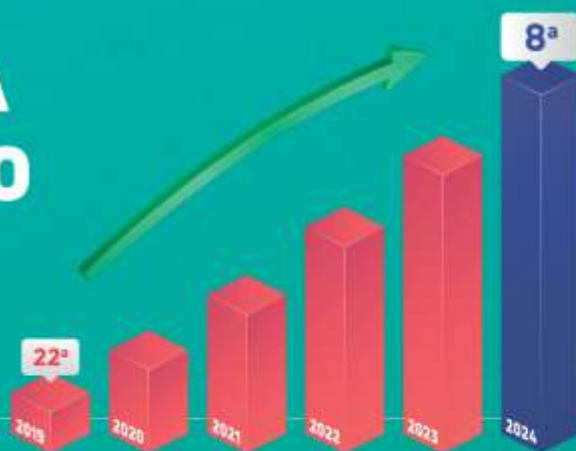


Enis da Silva

Professora da Rede Estadual

IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

**EDUC
AÇÃO**
10 anos



**Governo de
Mato
Grosso**